

VELHO OESTE

Prudentino

Ano 1

Edição 01

Setembro/2016

Tombamento da Catedral São Sebastião ainda gera discussões em Prudente

Arquivo Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto, Autor desconhecido



1947

Fábio Prado



2016

Tombada em 1983 e destombada em 1993, a Catedral São Sebastião de Presidente Prudente continua a gerar conflitos entre Diocese e Poder Público. Para alguns, as reformas realizadas no templo resultaram em sua descaracterização. Para outros, a intervenção do Poder Público impediria a manutenção do prédio.

Para Pe. Jerônimo Gasques, a “invasão do Poder Público” na igreja foi dificultosa para a comunidade

págs. 4 e 5

Promotor de Justiça considera destombamento da Catedral uma “aberração jurídica”

págs. 8 e 9

Presidente Prudente está prestes a completar 100 anos no dia 14 de setembro de 2017 e merece ter sua história contada. Baseado nisso, o grupo vislumbrou um suplemento piloto de jornal impresso como peça prática.

O ponto escolhido para a primeira edição do **Velho Oeste Prudentino** foi a Catedral São Sebastião, tanto por sua relevância histórica, como também por ter sido alvo de momentos turbulentos quando passou por um processo de tombamento, no ano de 1983, e destombamento em 1993.

O grupo espera que o **Velho Oeste Prudentino** sirva como um elemento informativo sobre assuntos relacionados à história da Catedral da cidade. Pretende-se também mostrar como o jor-

nalismo pode atuar como uma ferramenta de recuperação histórica pelo levantamento de uma gama de informações sobre um período já vivido, a importância de um patrimônio cultural e, por fim o processo de tombamento e destombamento ocorrido no Centro Religioso.

A expectativa do **Velho Oeste Prudentino** está na possibilidade de futuras edições contribuir com estudos a respeito dos locais históricos da cidade. Os desafios da pesquisa colocam em prática o conteúdo aprendido em sala de aula e enriquece o conhecimento, tanto do aluno, quanto da comunidade, uma vez que será possível entender a história da capital do Oeste Paulista sobre diferentes ângulos e aspectos.

A CATEDRAL, IGREJA MÃE DA DIOCESE

O nome ‘Catedral’, usado para designar cada uma das igrejas-mães das dioceses, soa com pujança singular, quando o aplicamos à Catedral São Sebastião, Igreja-Mãe da Diocese de Presidente Prudente. Fora construída sob a liderança do saudoso Mons. José Maria Martinez Sarrion nos anos idos da década de 1920, com muito suor e audácia. Tornou-se Catedral, isto é, Sede Episcopal em 1960, onde sentou-se, para o exercício de seu Munus, o primeiro Bispo Dom José de Aquino Pereira. A propósito, o nome ‘Catedral’ lembra-nos o lugar onde se encontra a ‘Cadeira’ do Bispo. O Bispo, em nome de Jesus Cristo, ensina, santifica e pastoreia. Na Catedral, pela pessoa e voz do Bispo ecoa, portanto, e se atualiza o Ministério do Serviço de Jesus, àqueles que lhe obedecem e lhe são fiéis. O católico crê que na voz do Bispo o mandato de Jesus Cristo se faz presente, porque aos Apóstolos e ao Bispo, que é sucessor dos Apóstolos, Jesus Cristo disse como última e solene recomendação: “Ide pelo mundo afora e pregai o evangelho a todas as criaturas, batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinai-as a observar tudo o quanto vos ordenei” e arremata: “Eis que

eu estou convosco todos os dias até o fim do mundo.” (Mt 28, 19-20).

Por isto, com justiça e fé, a Catedral é este santo lugar de onde o Evangelho da Vida flui na direção das paróquias e na direção de cada coração humano e que, pela fé, busca perceber o que Deus quer de todos nós. Nestes mais de 50 anos de existência, a Catedral, tem se esforçado para ser sinal. Ora, fala alto o Espírito de Deus, ora, decai quando o dedo do homem profano fala e interfere.

É o lugar do qual Deus fala e onde o mundo não tem o direito de ingerir, mas o dever de obedecer e respeitar. Os homens inteligentes o farão com prazer e o respeitarão e os que tomam assento da Cátedra Apostólica, devem agir na boa fé do céu para que a Catedral continue sendo o lugar de onde Deus fala ao seu povo, santifica e congrega, pois, é aos Apóstolos que o Senhor diz: “Vós sois o sal da terra, vós sois a luz do mundo” (Mt 5, 13-14). E o Bispo é, hoje, o Apóstolo.



CHARGE

TOMBAMENTO E DESTOMBAMENTO



EXPEDIENTE

VELHO OESTE Prudentino

Suplemento produzido como peça prática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “ Jornalismo contando histórias: o tombamento e destombamento de um centro religioso prudentino,” desenvolvido na Faculdade de Comunicação Social – Jornalismo, apresentado à Faculdade de Comunicação Social “ Jornalista Roberto Marinho” de Presidente Prudente.

- Editora Chefe:** Talita Cruz
- Editor de Foto:** Fábio Prado
- Projeto Gráfico:** Kamila Machado
Guiherme Nicodemo
- Supervisora de Projeto Gráfico:** Tacyelle Miranda
- Redatores:** Fábio Prado
Tacyelle Miranda
Talita Cruz
Thaís Agante
- Revisão:** Tacyelle Miranda
- Coordenação Geral:** Fabiana Alves

PATRIMÔNIO CULTURAL PRESERVA HISTÓRIA DAS CIDADES

Portadores de memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade, bens tombados podem ser materiais ou não

Tacyelle Miranda

Você sabe o que é um patrimônio cultural? Para o historiador Ronaldo Macedo, a resposta está na ponta da língua. “Patrimônio é documento, seja ele edificado, um papel, um mapa, objeto”. Segundo ele, o que faz algo ser um patrimônio é a carga cultural e histórica que o bem possui para determinado local ou comunidade.

A partir do Artigo 216 da Constituição Federal, de 1988, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pelo cumprimento dos marcos legais e a gestão da área no Brasil, defende como patri-

mônio cultural, no site da entidade, os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Macedo exemplifica que mesmo uma máquina de escrever, que tenha por trás alguém que a usou ou até um contexto histórico marcante, pode ser tida como um patrimônio devido a seu valor simbólico.

O historiador explica que algo tanto material, como uma igreja, quanto imaterial, como um estilo de dança, pode ser considerado um patrimônio cultural e merece ser

preservado desde que tenha um papel importante para o conhecimento da história de um lugar ou comunidade. “Preservar é você guardar, você está guardando alguma coisa para o futuro, é você permitir que aquele elemento sobreviva, apesar de todas as alterações em torno”, enfatiza o historiador.

A arquiteta Cristiana Alexandre Pasquini afirma que, além de todas as características citadas por Macedo, é possível também a atribuição de um valor patrimonial a edifícios pelo seu valor arquitetônico, pois existem edifícios cuja estrutura possui uma alta relevância estética. “Precisa ser atribuído um valor a esse edifício, um valor de memória,



Fábio Prado

Para Ronaldo Macedo, preservar é guardar para o futuro

cultural, histórico ou estético”, conta a profissional.

Já para a arquiteta, urbanista e docente, Fabrícia Borges, a importância em se preservar deve ser baseada no bom senso. “Só se preserva o que se ama, só se ama o que se conhece. É preciso conhecer, entender para se tornar um alvo de cuidados”, explica.

Uma das formas de preservação é o tombamento, que pretende impedir que os bens sejam destruídos ou descaracterizados. Conforme o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), órgão responsável pela área a nível estadual, é importante preservar para que o conjunto de bens continue fazendo parte da vida da população, em especial para que as pessoas atribuam novos usos e significados aos itens tombados.



Elementos arquitetônicos diferenciam templo prudentino, a Catedral São Sebastião

Fábio Prado

MAIS DE 30 ANOS DEPOIS, TOMBAMENTO DA CATEDRAL SÃO SEBASTIÃO CONTINUA DIVIDINDO OPINIÕES

Para muitos, a reforma pretendida pelo bispo Dom Agostinho Marochi faria com que a Catedral perdesse sua essência; para os religiosos, era uma necessidade

Thais Agante

Tombar, deitar por terra. Esta foi uma das ideias disseminadas em Presidente Prudente sobre o tombamento da Catedral São Sebastião e a falta de reformas no edifício. Do outro lado, a necessidade de preservar um dos bens mais característicos da cidade era a bandeira de luta. Os discursos colocaram os interesses da Igreja e do Poder Público em conflito.

O início do processo de tombamento começou por conta de uma reforma que o então bispo da época, Dom Agostinho Marochi, queria realizar

dephaat na época, a ideia do bispo era construir alojamentos para padres no espaço físico da igreja, o que acabaria por descaracterizá-la totalmente, já que sua estrutura teria de ser modificada. Hirao explica que o conselho iniciou o tombamento a fim de preservar a Catedral.

Contudo, para o Padre Jerônimo Gasques, que esteve à frente da Catedral na época e ficou durante sete anos como responsável pela igreja, a história é outra. Ele diz que a Catedral não tinha padrão para ser tombada, uma vez que tal instrumento prejudicaria o proprietário do imóvel, no

É preciso levar em conta que a Catedral é muito mais do que somente um prédio

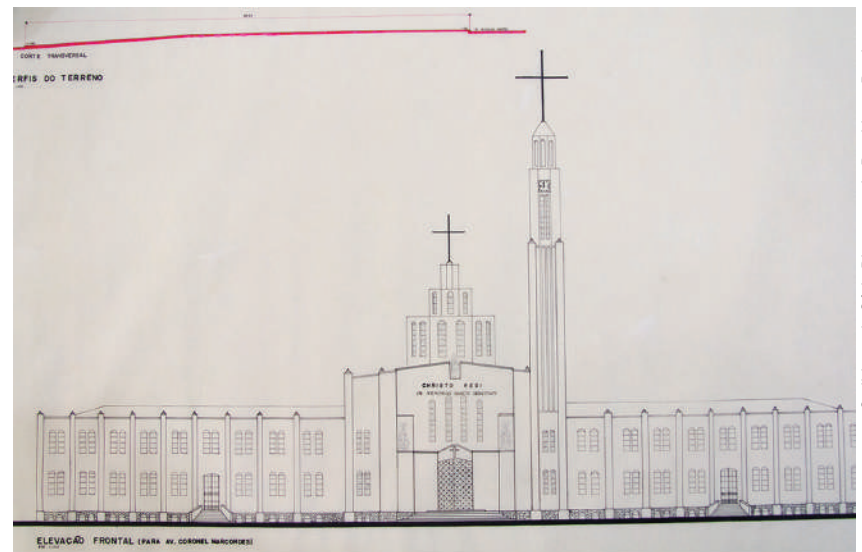
Ex membro do Condephaat, Hélio Hirao

na Catedral, que, segundo o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), acabaria por descaracterizá-la. A medida, polêmica aos olhos de muitos, acabou por dividir opiniões. No entanto, no dia 12 de abril de 1985 a Igreja São Sebastião, que já estava provisoriamente tombada desde 11 de junho de 1983, tornou-se patrimônio cultural prudentino.

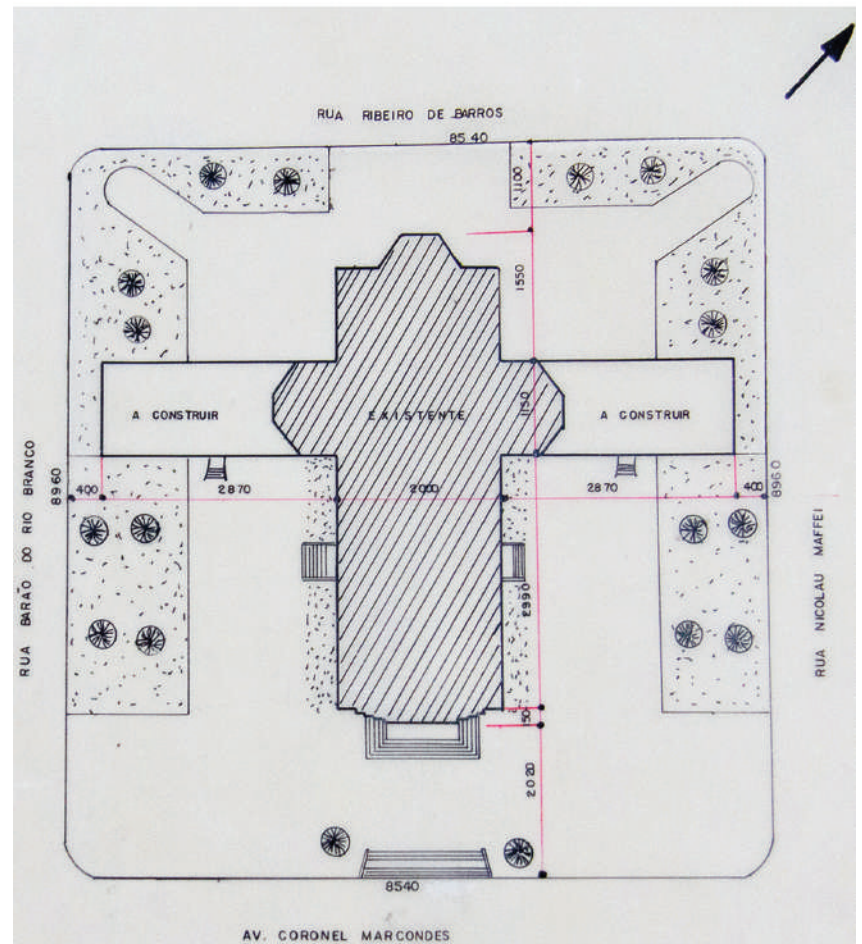
Segundo o doutor Hélio Hirao, professor e assistente do curso de Arquitetura e Urbanismo Estadual Paulista (Unesp) e membro do Con-

dephaat a tomar uma decisão estranha, sem diálogos, apenas com a proposta. Não houve comunicação nem estudo para verificar a necessidade do tombamento. Foi uma turbulência gigantesca”, acredita Padre Jerônimo.

Por outro lado, segundo o doutor Hirao, houve audiências públicas na época do



Cedidas pela Cúria Diocesana de Presidente Prudente.



Plantas do projeto elaborado por Dom Agostinho Marochi previam ampliação e acesso para a população em toda a praça

tombamento para discutir sua necessidade. “É preciso levar em conta que a Catedral é muito mais do que somente

um prédio. Ela é uma referência, um patrimônio cultural da população e da cidade”, afirma.

A situação do tombamento gerou protestos que partiram igualmente por parte dos membros da Igreja e do Poder Público. Um dos motivos para as reivindicações era o fato de a Catedral só poder ser reformada, mesmo que apenas para a manutenção do centro religioso, com autorização do Condephaat. Caso a Igreja não tivesse condições, caberia à Prefeitura Municipal arcar com os custos das reformas, que, por sua vez, alegava que só bancaria as obras se houvesse comprovação de que a Diocese não tinha dinheiro para tanto. Por fim, a discussão acabou virando um verdadeiro cabo de guerra entre Igreja e Poder Público.

A CARTA

Foi no dia 9 de maio de 1985, que a Cúria Diocesana enviou para o jornal *O Imparcial* uma cópia da carta destinada à Lúcia Maria Gomes Correa Ferri, presidente do Condephaat, sobre o tombamento da Catedral. A publicação aconteceu no dia seguinte e nela consta que “a comunidade da Catedral não está em condições de assumir a preservação do templo”. Solicita-se ainda uma resposta rápida do então prefeito, Vigílio Tiezzi, para que a Prefeitura Municipal desse início às reformas no telhado, calhas, vitrais e pintura do templo religioso.

“No dia 05 de junho de 1984, por carta, o Sr. Bispo Diocesano, Dom Agostinho Marochi, comunicou ao Sr. Prefeito Virgílio Tiezzi Jr. que diante da indignação da comunidade católica de Presidente Pru-

dente, a Igreja Mãe da Diocese não assumiria qualquer responsabilidade quanto à preservação da igreja em questão e que o Sr. Prefeito tomasse as devidas providências quanto à conservação e preservação da mesma”, diz outro trecho da carta publicada no jornal.

Enquanto o tombamento para os membros da igreja significava uma afronta contra a Diocese, pois perderia o poder de reformar o local, o Poder Público insistia na questão da preservação do patrimônio, que estava perdendo sua essência histórica por conta das modificações feitas no interior do templo e as reformas planejadas pelo bispo.

Ruth Künzli, professora doutora em Antropologia da Unesp e integrante do Condephaat no período, destaca que na Igreja havia muitos altares, uma pia batismal diferente, assim como a pintura, além de um coreto que reunia muitas pessoas nos domingos à noite. Ela ressalta que, quando foi tombada, a Igreja já estava descaracterizada e tinha algumas rachaduras. “Para evitar que se descaracterizasse mais ainda, ou de repente viesse uma pressão imobiliária e qualquer coisa, tombamos a Catedral”. Ela explica que legalmente o tombamento não impede reformas estruturais e sim a descaracterização. Künzli reforça que o proprietário do imóvel deve mantê-lo.

ENTRE A IGREJA E O PODER PÚBLICO

No meio da discussão, estava a comunidade que frequentava o templo. Para a



Altar da Catedral São Sebastião em 1953, como relata Salatiel Fonseca

aposentada Zoraide Favaretto, a igreja necessitava de reformas relacionadas à manutenção da estrutura do edifício. “Um telhado com problema, que chove dentro vai danificar tudo. O som não funcionava, porque tinha infiltração e a pintura estava velha”, relata.

Salatiel Fonseca, de 71 anos, diz que viveu toda a sua infância frequentando a Catedral. “Fui batizado, crismado e me casei na Igreja. Ela significa muito para mim”, explica. Ele afirma que as

mudanças dentro do centro religioso começaram bem antes da proposta de reforma do Bispo Dom Agostinho. “As mudanças não me agradaram, o altar era de mármore, hoje é tudo de madeira. Na frente do altar, tinha um cercadinho de madeira e quando tomávamos a comunhão nos ajoelhávamos lá”, recorda.

No embate entre Igreja e Poder Público, a Catedral permaneceu tombada até 1993, quando o destombamento, por enfim, ocorreu e o dilema, em tese, acabou.

RECORDAÇÃO

Fotos cedidas pelo Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto. Autor desconhecido



1918

Primeira capela de Presidente Prudente construída pelo carpinteiro Sebastião Paque Rosillo contratado na época pelo Coronel Goulart

1940

Monsenhor Sarrion supervisiona a montagem da base de sustentação da igreja

19

Catedral São Sebastião construída com dinheiro arrecadado até recursos vindos de ...



ÃO EM FOCO



1944

bastião é construída
adado em eventos e
s da Espanha



1950

Órgão utilizado durante as
missas da época deu lugar a
outros instrumentos



1953

Ainda na década de 50 a igreja era branca
e o altar não tinha as decorações de ma-
deira como é atualmente



Fábio Prado



Imagens atuais
da parte interna e
externa da Catedral
São Sebastião.
O branco encontrado
na cúpula do templo
deu lugar à pintura
sacra do artista
plástico prudentino
José Botosso

DESTOMBAMENTO DA CATEDRAL É CONSIDERADO CASO RARO

Com Condephaat inativo, decreto foi assinado pelo prefeito da época com aprovação dos vereadores

Fábio Prado

“É uma aberração jurídica”, declara o promotor André Luis Felício, da 2ª Promotoria de Justiça. Segundo ele, o destombamento realizado na Catedral São Sebastião foi inédito, pois em 25 anos de trabalho no Ministério Público, é a primeira vez que lida com algo do tipo. “Basicamente, o destombamento é uma figura política pouco usada”, explica.

O decreto de nº 3.778/93,

que destombou o templo religioso, foi assinado pelo prefeito da época, José Agripino de Oliveira Lima Filho. Apesar de aprovado na Câmara Municipal, o documento não foi legitimado pelo Condephaat, pois o órgão estava inativo no momento. Assim, no dia 18 de outubro de 1993, a catedral de Presidente Prudente foi destombada.

“Veja, nós tínhamos uma questão política. Uma administração optou pelo tombamento da Catedral e através de um decreto a Catedral foi

tombada. O tempo passou, a política mudou, veio outro administrador, outro prefeito, que era amigo do bispo, e ele, simplesmente, fez um decreto revogando o decreto anterior de tombamento”, explica o padre Monsenhor José Antônio de Lima, que está à frente da igreja desde 2008.

Ruth Künzli, professora doutora em antropologia da Unesp e membro do Condephaat na época do tombamento, conta que Dom Agostinho Marochi recolheu milhares de assinaturas, “umas sete mil”, de pessoas contrárias ao tombamento. Ela afirma que o bispo dizia que a Igreja precisava urgentemente de manutenção e a Diocese de Prudente não tinha recursos para isso, o que causou uma turbulência na Câmara de Vereadores. Segundo a professora, havia um impasse. “O bispo vem com esse argumento e a Prefeitura diz que não tem dinheiro para arcar com as despesas. Acabou destombando a Catedral”, destaca.

Para Monsenhor José Antônio, o tombamento foi uma medida que, se não fosse revertida, prejudicaria a Catedral. Já para o promotor, o procedimento ocorreu devida “um ato arbitrário do então prefeito”. Ele acrescenta que a igreja “foi destombada para satisfazer interesses pessoais dele [do prefeito Agripino] e do então bispo [Dom Agostinho];”

acrescenta Felício.

A antropóloga Ruth explica que de fato era necessário realizar obras de manutenção na Catedral, mas que a Prefeitura não possuía recurso para arcar com aquilo. Foi então que, segundo ela, Dom Agostinho exigiu uma resposta, pois dizia que a igreja tinha sérios problemas que necessitavam de manutenção e alegava que o prédio poderia ruir. “O prefeito também não quis ficar com essa culpa. Ele não tinha dinheiro para pagar os consertos, mas também não queria ser o acusado depois de ter ‘derubado’ a catedral”, explica. Já para o procurador e professor no curso de Arquitetura e Urbanismo da Unesp, José Roberto Castilho, a intenção de Dom Agostinho era construir um hotel na parte detrás da praça Monsenhor Sarrion. “É por isso que foi feito o destombamento”, fala.

Para o Monsenhor José Antônio, a questão não era apenas essa. “Com o tombamento não poderia mexer em nada e o Poder Público também não iria ajudar, não faria a manutenção. Se continuasse tombada, não poderia ser feita a reforma que foi feita e o templo não estaria conservado até agora”, opina.

NOVO TOMBAMENTO

No entanto, este debate ainda não acabou. O promo-



Monsenhor idealiza a Catedral cercada por jardins e bem iluminada

tor de justiça André Felício, explica que, o Poder Público pode ingressar uma ação judicial para que o tombamento se realize mais uma vez. “Todo o processo de tombamento, tanto administrativo, quanto judicial, vai permitir que o dono do bem se manifeste. E para ele se manifestar, ele vai ter que comprovar que não existe nenhum interesse histórico naquele bem”, compartilha.

A Prefeitura de Presidente Prudente, por meio do secretário de Comunicação, Marcos Tadeu, se manifestou sobre a questão de um possível tombamento do centro religioso e declarou em nota: “A Catedral está sob a guarda da Mitra Diocesana. Não somente o prédio bem como toda a praça Monsenhor Sarrion. Não existe qualquer projeto ou plano da municipalidade em tomar ou salvar o local pois vem sendo administrado corretamente pela Mitra.”

A equipe de reportagem do **Velho Oeste Prudentino** procurou Dom Agostinho Marochi e Agripino de Oliveira Lima Filho para comentarem o assunto. Contudo, não foi possível. Segundo o médico Douglas Guazzi, que presta cuidados médicos ao bispo emérito, atualmente o religioso se encontra com 90 anos e, “devido à saúde debilitada, o bispo vive recolhido em sua residência, pois há dez anos convive com Alzheimer”.

O prefeito na época do destombamento, Agripino Lima, hoje com 84 anos, também apresenta problemas de saúde, inviabilizando a utilização de suas declarações por conta dos esquecimentos.



Catedral é cercada por grades para evitar vandalismo, segundo Monsenhor José Antônio

Fábio Prado

MP ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA PRESERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL

Qualquer pessoa pode solicitar que um bem seja tombado, mas processo só pode ser encaminhado pelos órgãos competentes

Talita Cruz

O processo de tombamento existe para garantir a segurança de um patrimônio cultural, explica o promotor de justiça, André Luis Felício. “É um ato administrativo, pelo qual o Poder Público vem proteger as características daquele bem”, esclarece. Felício,

que atua na 2ª Promotoria de Justiça de Presidente Prudente, na área de meio ambiente, consumo, habitação, urbanismo e fundação, afirma que qualquer pessoa pode fazer uma petição para tombamento de um bem, desde que apresente justificativas relevantes que confirmem a importância histórica do possível patrimônio cultural.

“A partir desse pedido, que pode ser por abaixo assinado, pode ser por uma ONG (Organização Não Governamental), a Prefeitura ou o Poder Público vai nomear uma comissão para levantar o estudo”, comenta Felício. Se for a nível estadual, cabe a Secretaria de Cultura organizar este levantamento. No caso de Presidente Prudente, quem cuida desse estudo, faz a pesquisa documental e elenca os pontos necessários para a confirmação de que se trata de um patrimônio cultural é o Comudephaat (Conse-

lho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico). Vale destacar que o órgão só recebeu este nome após a sua reformulação em 2010. Antes, no momento do tombamento e destombamento da Catedral, por exemplo, era conhecido como Condephaat.

conta. Com base em fotografias, depoimentos, plantas da época, arquitetura é que o processo começa. “Feito o levantamento, nós damos início a uma pesquisa daquilo que foi discutido e escolhido”, explica. Josué frisa que o Ministério Público tem o poder de embargar um patrimônio, mas quem realiza o tombamento é o Conselho. Este, em Prudente, esteve desativado até 2014 quando foi ativado com a chegada do então presidente. “Desse tempo para trás ninguém quis assumir,

Preservar, não é deixar intocável, é deixar o patrimônio com as características que ele tinha

Promotor de justiça, André Luis Felício

então fizemos uma pesquisa, com indicação da própria Secretaria de Cultura para ver se havia na comunidade pessoas de responsabilidade. Eu fui indicado por uma universidade para fazer parte, e agora virei presidente”, conta. Ele acredita que existe um problema de falta de interesse da parte do poder legislativo em se informar sobre questões relacionadas ao processo de um bem patrimonial. “Essa é a maior dificuldade do Conselho. Precisamos reeducar a população para que saibam o que é um tombamento e uma preser-

vação e uma preservação”, afirma Felício. O presidente do Conselho, Josué Pantaleão Silva, explica que o órgão desenvolve reuniões quinzenais e discute o que poderia ser tombado no município. “O Comudephaat tem essa preocupação de pesquisar para elevar a patrimônio histórico”,

então fizemos uma pesquisa, com indicação da própria Secretaria de Cultura para ver se havia na comunidade pessoas de responsabilidade. Eu fui indicado por uma universidade para fazer parte, e agora virei presidente”, conta. Ele acredita que existe um problema de falta de interesse da parte do poder legislativo em se informar sobre questões relacionadas ao processo de um bem patrimonial. “Essa é a maior dificuldade do Conselho. Precisamos reeducar a população para que saibam o que é um tombamento e uma preser-



Promotor André Felício, é o responsável pelo processo de tutela provisória sob a chaminé da Sanbra.

vação cultural para nossa cidade”, diz Josué.

Segundo Felício, existe uma confusão quando se fala em preservar. “Quando eu falo preservar, não é deixar intocável, é deixar o patrimônio com as características que ele tinha. Se for preciso alguma intervenção para fazer manutenção, pode até ser feita, o que não pode é descaracterizar o bem”, explica o promotor.

Realizado o tombamento, o patrimônio passa a ter uma garantia de sua preservação, mas é possível que ele venha a ser destombado. Em geral, este processo ocorre, conforme Felício, caso ocorra algum dano à estrutura. A ruína do bem pode ser causada tanto por um efeito natural, como um raio, terremoto, enchente, como também por um efeito provocado pelas pessoas, como vandalismo, incêndio e má conservação, por exemplo. “Mesmo assim, tem que se buscar a reconstrução de seus interiores”, pondera o promotor.

É possível também que um patrimônio sofra alguma descaracterização enquanto espera a confirmação judicial do processo de tombamento. Para evitar isso, o Ministério Público recorre a uma ação chamada de tutela provisória. Felício aponta que esta ação tem a finalidade de manter o bem protegido até o resultado do pedido de tombamento sair. “A gente só pede para o juiz antecipar o resultado final porque, sem isso, os danos causados ao patrimônio seriam irreversíveis”, relata Felício.

De acordo com o promotor, Presidente Prudente atualmente conta com três patrimônios culturais tombados. Trata-se do Centro Cultural Matarazzo, do Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto e do Bebedouro de Animais.

Sob o processo de tutela provisória estão o IBC (Instituto Brasileiro do Café), a Chaminé da Sanbra, a Escola Técnica Estadual Prof. Adolpho Arruda Mello, a Praça 9 de Julho, entre outros.



Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto é patrimônio cultural prudentino

Fábio Prado



Centro Cultural Matarazzo hoje é referência em cultura para Prudente e região

Fábio Prado



Bebedouro de animais em frente à antiga Estação Ferroviária sofre com o vandalismo

Fábio Prado

GENTE DO OESTE

Lembranças vivas, irmãs Menegasso consideravam o tombamento da Catedral um alívio para a comunidade

Talita Cruz

“Eu daria a minha vida para entrar na Catedral e ver ela como era antigamente”, conta emocionada Maria Aparecida Menegasso, de 74 anos. A entrevista ao **Velho Oeste Prudentino** aconteceu na casa de sua irmã mais nova, Margarida Vieira Menegasso, de 68 anos. Ambas acompanharam de perto boa parte da trajetória da Catedral.

o Cristo em cima, São Sebastião no centro. Tinha aqueles candelabros em que se colocava um monte de velas acesas”, diz Margarida emocionada. Já sua irmã, Maria Aparecida, sente falta da mesa de comunhão. “Tenho saudades daqueles altares lindos que tinha e foram todos tirados. Era onde o padre fazia sermão. Era uma coisa mais linda”, aponta.

Tanto Maria Aparecida como Margarida contam que o tombamento da Catedral foi um

Se eu pudesse voltar no que era antes, eu voltaria

Membro da comunidade, Maria Menegasso

“A minha primeira comunhão foi com o padre Sarrion”, diz Maria. Ela fala que no começo da construção do templo, o idealizador Monsenhor José Maria Martinez Sarrion era tachado como louco por querer construir uma igreja tão grande. “E ele dizia: vocês vão ver, eu não estou louco, isso aqui vai progredir”, recorda.

As missas, antigamente, enchiam a Catedral de fiéis, pois não existiam outras igrejas por perto. “Nós somos da época que o povo assistia à missa do lado de fora. A minha mãe ficava sentada na escada, na muretinha”, relembra Maria.

Descrevem com riquezas de detalhes a imagem do que era a antiga Catedral. “A igreja nessa época era aquele altar bonito, antigo, no fundo. Tinha

alívio para a comunidade, pois se dependesse do então bispo da época, Dom Agostinho Marochi, a igreja teria se transformado em um local que abrigaria a Cúria Diocesana e serviria também como alojamento para outros padres. “Eu era totalmente contra. Eu queria a minha catedral antiga. Se eu pudesse voltar no que era antes, eu voltaria. Assim, o jeito que ela está agora é uma coisa artística, bonita, mas, para mim, eu considero uma poluição visual”, desabafa Maria.

Elas entendem que a recuperação da igreja durante os anos 1980 era necessária, mas são enfáticas ao dizerem que não presenciaram nenhuma rachadura no local. “De vez em quando aparecia alguma goteira, quando dava



Talita Cruz

Maria Aparecida Menegasso (à direita) e sua irmã Margarida Vieira Menegasso (à esquerda) relatam saudades da antiga Catedral

temporal. Acontece com todo telhado, mas rachadura eu não me lembro de que tenha tido”, fala Margarida.

Ela faz questão de acrescentar que as mudanças que mais a agradam nos últimos anos foram as sofridas pela própria igreja católica. “Antigamente era só o padre, a missa e a gente. De primeira só tinha a catequese”, explica. Hoje, Margarida destaca o grupo de jovens, casais, como também o de oração e dos acampamentos organizados durante o ano. “A igreja melhorou bastante por conta dessas modificações que incluíram os jovens, adultos, incluíram muita coisa e isso foi muito bom”, complementa.

O amor pela Catedral se estendeu aos trabalhos voluntários. Maria Aparecida

faz parte do Centro Social São Sebastião e Margarida, depois de ter trabalhado por mais de dez anos como catequista, atualmente presta serviços em uma das equipes da Pastoral da Solidariedade. Todas as quartas-feiras o grupo da cozinha se reúne para a produção de 40 marmitas e distribuem aos moradores de rua e pessoas que trabalham coletando papelão na madrugada.

As duas têm a Catedral São Sebastião como base para o trajeto de suas vidas. “A igreja é minha vida. Minha vida de igreja foi muito boa”, ressalta Maria Aparecida ao se lembrar de quando se pendurava nas cordas do sino do templo com sua irmã Margarida.